



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ELIANE LOPES ARAÚJO

**O USO ABUSIVO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ENTRE A
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CAMINHOS PARA A CIDADANIA**

**Salvador
2020**

ELIANE LOPES ARAÚJO

**O USO ABUSIVO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ENTRE A
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CAMINHOS PARA A CIDADANIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maura Espinheira Avena.

**Salvador
2020**

ELIANE LOPES ARAÚJO

**O USO ABUSIVO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ENTRE A
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CAMINHOS PARA A CIDADANIA**

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social em nome do Programa da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 17 de dezembro de 2020.

Banca Examinadora:

Maura Espinheira Avena (Orientadora).

Doutora em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL).

Gilcilene Ferreira Silva

Pós-Graduação e Políticas públicas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me concedido forças para não desistir, perseverança e fé para acreditar que tudo é possível para quem crê.

Agradeço a minha mãe Edilene Lopes, a meu pai Miguel Araújo e ao meu padrasto Moises Alves, pelo carinho, atenção, incentivo e apoio de forma direta e indireta, durante todo esse processo.

À minha prima Sueide Lopes, pelos incentivos constantes, palavras positivas e parceria. À minha sobrinha Luísa Bacelar, minha pequena, que mesmo sem entender, enchia o meu coração de forças, amor e esperança. Gratidão! Amo vocês!

Às minhas amigas Alzeni Chagas, Carina Ribeiro e Daiana Lorena, pelas palavras de incentivo, por ouvir as minhas inquietações e me apoiar sempre.

Agradeço as colegas que a Ucsal me proporcionou, que se tornaram pessoas especiais, Valdemira Caldas e Elaine Freitas, obrigada por contribuírem de forma positiva, inteligente e divertida. Vocês são incríveis!

Agradeço as professoras Ivone Oliveira, Caroline Ramos e Maria Léa, que foram essenciais durante a minha trajetória dentro da Universidade, bem como o processo de aprendizado.

À minha orientadora, professora Maura Avena, que me incentivou, e orientou de forma brilhante e didática, expresso aqui o meu respeito, admiração e gratidão.

Agradeço a minha supervisora de campo Gilcilene Ferreira (Lena), pelos os ensinamentos e contribuições durante o estágio e por ter aceitado o convite para participar da banca examinadora.

Por fim, não posso deixar de agradecer aos protagonistas que possibilitaram e viabilizaram a produção e conclusão desse trabalho. Para vocês indivíduos da população em situação de rua, vítimas das diversas formas de violências, e que enfrentam diariamente dificuldades e problemáticas, expresso aqui o meu respeito.

Gratidão a todos que fizeram parte desse processo de forma direta e indireta, cada um do seu jeito e especificidade, obrigada pela inspiração e incentivo. A vocês, a minha admiração. Então, sigo nesse processo constante de aprendizagem, pois essa foi à primeira etapa concluída de muitas outras que estão por vir.

Muito obrigada a todos!

NÃO SOMOS LIXO

Não somos lixo
Não somos Lixo nem bicho.
Somos humanos.
Se na rua estamos é porque nos desencontramos.
Não somos bicho e nem lixo.
Não somos anjos, não somos o mal.
Nós somos arcanjos no juízo final.
Nós pensamos e agimos, calamos e gritamos.
Ouvimos o silêncio cortante dos que afirmam serem santos.
Não somos lixo.
Será que temos alegria? Às vezes sim...
Temos com certeza o pranto, a embriaguez,
A lucidez e os sonhos da filosofia.
Não somos profanos, somos humanos.
Somos Filósofos que escrevem
Suas memórias nos universos diversos urbanos
A selva capitalista joga seus chacais sobre nós.
Não somos bicho nem lixo, temos voz.
Por dentro da caótica selva, somos vistos como fantasma.
Existem aqueles que se assustam.
Não estamos mortos, estamos vivos.
Andamos em labirintos.
Dependendo de nossos instintos.
Somos humanos nas ruas, não somos lixo.

Carlos Eduardo Ramos (o Cadú)

Morador das Ruas de Salvador.

ARAÚJO, Eliane Lopes. **O Uso Abusivo de Substâncias Psicoativas Entre a População em Situação de Rua: Caminhos para a Cidadania.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social. Universidade Católica do Salvador – UCSal. Salvador, 2020.

RESUMO

Este estudo foi desenvolvido com base na experiência empírica durante o estágio supervisionado curricular na instituição Projeto Levanta-te e Anda, propõe-se analisar os desafios e as estratégias para efetivação das políticas de saúde integral, em seus aspectos biopsicossociais voltados para a população em situação de rua, retratando no contexto do fenômeno que emerge na sociedade capitalista, caracterizando e traçando o perfil em Salvador a partir de um breve contexto histórico que retrata a desigualdade, a exclusão e as diversas formas de manifestações da questão social. O método utilizado foi o método dialético, de origem marxista, que tem como sustentação o homem enquanto sujeito inserido em uma realidade social contraditória. Realizado através de uma pesquisa bibliográfica para aprofundar o conhecimento sobre o tema, a partir da consulta de autores que analisam estas expressões e manifestações da questão social como: exclusão social, pobreza e desigualdade, articulando-as a problemática do abusivo de substâncias psicoativas entre a população em situação de rua e as políticas de bem-estar social, através de dados, censos e pesquisas realizadas. A abordagem percorrerá pelas categorias: gênero, raça e etnia, e tem como objetivo contextualizar o fenômeno população em situação de rua, considerando seus aspectos e características gerais. Além disto, utilizou-se a análise documental através do material produzido no campo de estágio, como o todo material produzido no projeto de intervenção e produção diária.

Palavras-chave: Serviço Social. Projeto Levanta-te e Anda. Substâncias psicoativas. Cidadania.

ARAÚJO, Eliane Lopes. **The Abusive Use of Psychoactive Substances Among Homeless People: Paths to Citizenship.** Course conclusion work (Graduation in Social Work) - School of Social Work. Catholic University of Salvador - UCSal. Salvador, 2020.

ABSTRACT

This study was developed based on the empirical experience during the supervised curricular internship at the institution Projeto Levanta-te e Anda, proposes to analyze the challenges and strategies for the implementation of comprehensive health policies, in their biopsychosocial aspects aimed at the population in situation street, portraying in the context of the phenomenon that emerges in capitalist society, characterizing and profiling in Salvador from a brief historical context that portrays inequality, exclusion and the various forms of manifestations of the social issue. The method used was the dialectic method, of Marxist origin, which is based on man as a subject inserted in a contradictory social reality. Conducted through a bibliographic search to deepen the knowledge on the theme, from the consultation of authors who analyze these expressions and manifestations of the social issue such as: social exclusion, poverty and inequality, articulating them the problem of the abuse of psychoactive substances among the homeless population and social welfare policies, through data, censuses and research carried out. The approach will cover the categories: gender, race and ethnicity, and aims to contextualize the phenomenon of homeless people, considering their general aspects and characteristics. In addition, document analysis was used through the material produced in the internship field, as well as all material produced in the intervention project and daily production.

Keywords: Social Work. Get up and walk project. Psychoactive substances. Citizenship.

LISTA DE SIGLAS

CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Orgânica da Assistência Social
MDH	Sistematizados de Denúncias de Violações de Direitos Humano
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PSR	População em Situação de Rua
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UCSAL	Universidade Católica do Salvador

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2 CAPITALISMO E QUESTÃO SOCIAL: ASPECTOS HISTÓRICO- ESTRUTURAIS GERADORES DA DESIGUALDADE SOCIAL E DA POBREZA	13
2.1 AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	19
2.1.1. CARACTERIZAÇÕES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: A BUSCA PELA CIDADANIA E ACESSO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	24
2.1.2. SERVIÇO SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DESAFIOS E PROMOÇÃO DE CIDADANIA PARA GARANTIA DE DIREITOS E VISIBILIDADE .	29
3 A PESQUISA: CARACTERÍSTICAS DO CAMPO, PROCEDIMENTOS E ANÁLISE DE DADOS.....	32
3.1 REFLEXÕES E ANÁLISES	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico tece sobre o uso abusivo de substâncias psicoativas entre a população de rua, bem como seus desafios e possibilidades a caminho da cidadania. A percepção acerca desta temática teve origem através do estágio supervisionado curricular em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador - UCSAL, na instituição Projeto Levanta-te e Anda, realizado pela autora.

O projeto de intervenção realizado em 28 de novembro de 2019, na instituição em questão, buscou atuar na realidade dessa população, que frequenta diariamente o referido projeto e vivencia o estado de precariedade e exclusão social. Este projeto teve como objetivo sensibilizar e viabilizar, através do processo de conscientização e reflexão acerca do autocuidado e bem-estar social, a cidadania e garantia de direitos através de ações sistematizadas.

Diante da experiência vivenciada, foi possível analisar que o autocuidado e a saúde para essa parte da população são negligenciadas, uma vez que políticas públicas que sustentam a saúde, direitos e cidadania, não conseguem garantir a efetivação plena para estes sujeitos. A inacessibilidade aos serviços nos mostrou que apesar de existir o direito e as políticas públicas, essa parcela da população que está à margem da sociedade, invisibilizada e marginalizada não tem acesso.

Rematando tais discussões acerca dessa temática, que se iniciou através do projeto de intervenção, somando-se a necessidade de aprofundar as argumentações que se originaram posteriormente a aplicação desse projeto, o trabalho de conclusão de curso em questão, tem como objetivo geral: Investigar a efetividade das ações educativas do serviço social junto à população em situação de rua que faz uso de substâncias psicoativas, no sentido da promoção da sua cidadania e qualidade de vida. Ou seja, compreender quais as estratégias direcionadas à promoção de cidadania aos acolhidos assistidos pelo Projeto Levanta-te e Anda, e os desafios que esta população enfrenta. A problemática da pesquisa está voltada para compreensão de que modos o serviço social pode intervir junto à população em situação de rua que faz uso de substâncias psicoativas, visando a promoção de sua cidadania.

Esta monografia, além da pesquisa bibliográfica que teve o intuito de esquadriñar o conhecimento sobre o tema em questão, também buscou fundamentação teórica através do enfoque no método histórico dialético para compreender e contextualizar o fenômeno população em situação de rua inerente a

vulnerabilidade social e sua especificidade, caracterizando e apresentando o perfil em Salvador, traçando um breve contexto histórico e cultural da cidade, tecendo sobre o processo de autocuidado e cidadania, as adversidades e possibilidades para o acesso aos serviços de saúde e garantia de direitos, e como se dão as relações com a sociedade.

Diante disto, o trabalho estará dividido em quatro capítulos, sendo este a introdução, que apresenta o trabalho e o assunto e sua relevância para a área do serviço social. O segundo capítulo, que está composto por quatro seções que abordam: as expressões e manifestações da questão social, capitalismo e os aspectos estruturais geradores da desigualdade social e da pobreza. O emergente crescimento da população em situação de rua e suas características no âmbito da sociedade capitalista, decorrente das mudanças ocorridas a partir do processo estrutural, questão social, processo de exclusão social, saúde como um direito social fundamental, bem como os desafios, garantia de direitos a caminho da cidadania e o serviço social. Reiterando a sua trajetória especificando as suas características, procedimentos e análise de dados, fazendo uma breve análise sobre o contexto histórico.

O capítulo três aborda as características do campo de estágio, os procedimentos para a realização da pesquisa e as análises e resultados. Buscou-se a sustentação dos argumentos a partir do quadro teórico construído, por meio de uma revisão bibliográfica com base em livros, anamneses, relatórios, diário de campo, monografias, dissertações, artigos de periódicos eletrônicos e pesquisas municipais que demonstram informações sobre as características e perfil da população em situação de rua, tais como; o Sistema Único de Assistência Social – SUAS; Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS; Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Sistematizados de Denúncias de Violações de Direitos Humano – MDH; Decreto Nº 7.053; Política Nacional para a População em Situação de Rua; Constituição da República Federativa do Brasil. Para a melhor compreensão das questões voltadas para as adversidades e possibilidades relacionadas ao autocuidado e acesso a cidadania destes indivíduos, através da abordagem qualitativa.

Também foram analisadas informações relacionadas às políticas, programas sócias e leis que tratem dos aspectos relacionados a população em situação de rua. Foi considerado o emergente crescimento da população em situação de rua na sociedade capitalista, o que leva a necessidade de refletir que devido a desigualdade

social, falta de emprego e oportunidades, a quantidade de pessoas marginalizadas vem aumentando gradativamente, fazendo com que este contingente da população não tenha acesso aos direitos básicos e bem-estar social.

O aparato teórico analisa a partir das expressões e manifestações da questão social, o processo de autocuidado e cidadania, situação de rua, adversidade, desafios e possibilidades para acesso destes indivíduos a visibilidade dentro da sociedade e aos serviços de saúde e direitos. Transitando pelas categorias: gênero, raça e classe social, com o objetivo de contextualizar o fenômeno considerando e seus aspectos gerais. Foram consultadas algumas produções acadêmicas que discutem sobre estas expressões, tais como Iamamoto (2001), Karl Marx e Friedrich Engels (1846), Boschetti, (2009), Ferreira Marx (2017), Minayo (1993), Espinheira (1991), Netto (1992), Bauman (2008), (Bauman, 2001), Montão (2012).

O quarto e último capítulo, das considerações finais, aborda de forma prática e objetiva toda a temática relacionada a esta monografia, bem como os desafios e as possibilidades que compõem os cenários das ruas. Analisando o processo de bem-estar social e cidadania desta população, com base em uma sociedade capitalista e as manifestações da questão social, através de estudos teóricos, revisões bibliográficas e da experiência empírica dentro da instituição Levanta-te e Anda.

2 CAPITALISMO E QUESTÃO SOCIAL: ASPECTOS HISTÓRICO- ESTRUTURAIS GERADORES DA DESIGUALDADE SOCIAL E DA POBREZA

"O primeiro passo é que eles queiram fazer essa transformação. Se não tiver essa vontade, não adianta." (Gilcilene Ferreira, À Tarde, 2018)

O início dos movimentos históricos existentes a partir da perspectiva do sistema capitalista, começa a surgir com a decadência do sistema de produção do feudalismo. Tratava-se de um sistema de organização econômica, política e social vigente na Europa Ocidental da Idade Média, pessoas nasciam e morriam pertencendo a mesma classe social, sendo elas a nobreza, o clero e os servos. O modo de produção no feudalismo era caracterizado pela autossuficiência, os feudos produziam o que seria consumido no local, não havia comércio e moedas. O mesmo teve início no século V e durou até o século XV, quando o capitalismo começou a tomar forma.

O sistema capitalista começa a dar seus primeiros sinais de existência no século XV, com o enfraquecimento do sistema, nessa fase inicial, o mesmo era considerado um pré-capitalismo baseado no sistema mercantilista. No capitalismo mercantil surge a moeda e além do controle estatal da economia. Tais fatores relacionados a aparição da moeda como valor de troca, e como resultado disto, o surgimento do sistema capitalista. Essa mudança caracterizou o fim da Idade Média e início da Idade Moderna. Diante disso, Bauman (2001) aponta o processo de derretimento dos antigos sólidos para a construção de novos sólidos, aperfeiçoados, mais conveniente com o que pensavam ser a nova verdade e, conseqüentemente, mais duradouros. O homem deixa de ser dominado pela natureza, agora, percebe poder dominá-la e conduzi-la segundo os seus interesses. Então, um grande passo dado pelo homem na modernidade é a conquista de espaço central no governo, para adquirir a ordem e a segurança pessoal.

Entretanto, a sociedade europeia segue como rural, e a economia, predominantemente agrária e dependente do trabalho dos camponeses, surgiram novas formas de estruturação econômica e social, que deram início a mudanças significativas. Esse momento embrionário do capital ficou conhecido na teoria marxista como "acumulação primitiva do capital".¹

¹ "A acumulação primitiva de capital" para Marx (2013) se desenvolveu a partir de dois pressupostos: um foi a concentração de grande massa de recursos (dinheiro, ouro, prata, terras) nas mãos de um pequeno número de proprietários; outro foi a formação de um grande contingente de indivíduos despossuídos de bens e obrigados a vender sua força de trabalho aos senhores de

Com o aparecimento de novas práticas econômicas mercantis e sociais, levou o surgimento de um novo grupo social conhecido como os burgueses, com base na acumulação de capital e sua estabilização durante séculos, impulsionou esse grupo investir no capitalismo industrial, fase considerada como a solidificação, capitalismo enquanto sistema econômico. A fase da acumulação primitiva do capital, chamada por muitos de capitalismo comercial, teve fim com o início da Revolução Industrial, no final do século XVIII, inerente ao capitalismo industrial, onde as mudanças dos sistemas de produção foram marcadas pela transição dos produtos manufaturados para os industrializados, os quais foram expandindo no cenário mundial devido ao desenvolvimento do sistema fabril de produção e da explosão demográfica nos grandes centros urbanos, ou seja momento em que as máquinas substituem a força do homem.

À vista disso, a consolidação da revolução industrial e comercial implantou, grandes fábricas de meio de produção capitalista, a sólida e imponente Ford, nesse contexto emergiu como emblema de poder e riqueza, onde a mão de obra era mecanizada e rotineira, o trabalho nas fábricas de caráter fordistas e o capitalismo eram inerentes, o que nutria a ideia de garantia de estabilidade sólida. O que energizou o processo Industrial, e acarretou diversas problemáticas à população, desde condições precárias e vulneráveis, baixo salário e a elevação no índice de desemprego, às intensas horas de trabalho, o que posteriormente levaria à Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Em sociedades pré-capitalistas a pobreza é o resultado (para além da desigualdade na distribuição da riqueza) do insuficiente desenvolvimento da produção de bens de consumo, ou seja, da escassez de produtos. (MONTAÑO, 2012, p. 279).

Posterior a isso, no século XX emergiu o capitalismo financeiro ou monopolista, advento da segunda revolução industrial, trazendo a expansão da globalização, que além das Indústrias, consequentemente dominaram o cenário do capitalismo industrial, nesse período, o sistema está fundamentado nas leis dos bancos, das empresas multinacionais e das grandes corporações por meio do monopólio financeiro. A modernidade se movimentava através da ideia de progresso, sucumbidas no processo

terra e donos de manufaturas. MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. 1. ed. São Paulo: **Boitempo**, 2013.

de alienação, o grande impulso que fornecia a sensação de pertencimento e a do futuro sólido.

O espírito moderno estava animado por um esmagador desejo de solidez e nutriu uma esperança de sólidos perfeitos, descartando novas improvisações e oferecendo descanso e tranquilidade onde a inquietude e o trabalho pesado, maçante eram norma (BAUMAN apud BITTENCOURT, 2011, p. 8).

Entretanto, é importante destacar que mesmo o capitalismo sendo considerado um sistema econômico, os modos de produção nele desenvolvidos, vão interferir diretamente em aspectos políticos e nos cenários sociais, ou seja, o sistema vai influenciar na organização de todas as dimensões de uma sociedade consequentemente fragilizada, atingindo sobretudo os mais vulneráveis, como a população em situação de rua. Aliás, a população de rua compõe os cenários sociais em diversos lugares do Brasil e do mundo. É um fenômeno que retrata a desigualdade social, a exclusão, e os diversos aspectos relativos às manifestações da questão social inerentes ao modo de produção capitalista.

O processo histórico sobre esta população no Brasil pode ser considerado a partir do final da década de 80, onde o país inicia uma transição assistencialista para políticas de Assistência Social, logo a redemocratização no País é feita alicerçada a Constituição Federal no ano de 1988, a constituição se torna uma força impulsionadora para as políticas públicas sociais, bem como a política pública direcionada para a população em situação de rua, pois todos são cidadãos portadores de direitos e deveres diante da lei.

O processo histórico-estrutural revela o crescimento deste fenômeno decorrente das mudanças ocorridas de forma geral, a partir do processo de industrialização ocasionado pelo modo de produção capitalista que exacerbou a questão social intensificando a desigualdade social.² O sistema capitalista e o crescimento da economia não contribuíram para amenizar a desigualdade social, pelo contrário, viabilizou uma crescente pobreza ocasionada por falta de emprego, diversos problemas e violência. Embora a questão social seja a mesma ao longo dos tempos,

² Segundo Marx (1988), há indícios de que o modo de produção capitalista surgiu entre os séculos XIV e XV, sendo que em algumas cidades, o capitalismo só surge em XVI. ² “O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição da existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. Idem.

a mesma assume características e manifestações diferentes com base em cada realidade, de acordo com as relações socioeconômicas estabelecidas, novos conflitos acrescentam novos elementos as questões sociais.

Aproximadamente nos meados da década de 1930, quando o Serviço Social surgiu no Brasil, o país passou por uma intensificação do processo de industrialização e impulso significativo rumo ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural. As modificações inerentes a estes, iniciaram com a revolução de 1930, que pode ser considerada como um marco divisório entre vigência do sistema agrário-comercial, vinculado ao capitalismo internacional, e ao sistema industrial voltado para o mercado interno, que emergia paulatinamente encontrando bases sólidas para expansão.

Diante do exposto, o Brasil entrou em um período de maior desenvolvimento econômico, o que simultaneamente provocou o crescimento na taxa populacional e urbanização. A aglomeração e concentração da população nas áreas urbanas trouxe consigo problemas de infraestrutura, habitação, saneamento básico e assistência. Na proporção que a industrialização se consolidava, crescia o acúmulo da renda, ampliando-se a desigualdade social e as tensões nas relações de trabalho, agravando o estado de vulnerabilidade, a desvalorização da mão de obra, conseguintemente a precarização da classe trabalhadora.

A questão social é aprendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: A produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1999, p.27)

No início do serviço social no Brasil, a questão social era tratada de forma repressiva, com leis insuficientes para resolver os problemas cruciais dos trabalhadores. O novo poder denominado “era Vargas”, preocupou-se com os constantes movimentos grevistas que paralisavam a economia, devido a isto elaborou-se uma nova legislação social assistencialista.

Neste contexto, emergiu os novos rumos do capitalismo, o país entra na década de 90 sob a imposição do neoliberalismo, que imprime novas expressões da questão social. Questões estas que a luz das mudanças inerentes a sociedade contemporânea, na realidade, apresenta de uma diferente ótica as mesmas problemáticas em uma “nova roupagem”, as novas manifestações são produtos das

novas necessidades desencadeadas por diversos fatores, que no final dos anos 70, criou um novo cenário a dinâmica capitalista.

A crise do capital gerada devido à queda das taxas de lucros, impulsionada pela crise do petróleo e as mudanças no processo produtivo Fordista/Taylorista, gerou mais uma crise econômica e política, provocando mais uma mudança em toda sociedade, especificamente para os trabalhadores. Tais modificações trouxeram várias consequências, bem como flexibilização no processo do trabalho, que gerou a descentralização e terceirização do processo produtivo, junto com o trabalho precário e desregulamentado, a mão de obra polivalente e o desemprego estrutural, acentuando de forma nítida a classe que explora e a classe que é explorada.

Então o capitalismo financeiro, que vive do lucro e da má distribuição de renda, sem qualquer compromisso com a produção geradora de empregos e com a justiça social, assumiu proporções enormes, onde a renda é restrita aos domínios de um pequeno número de poderosos grupos, deixavam os ricos ainda mais ricos, e gerando um crescente no índice de pessoas em estado de vulnerabilidade social.

Entretanto, é importante ressaltar que a questão social não é somente desigualdade e antagonismos, também é resistência, luta. Isso significa que, como integralidade contraditória, deve ser considerada em uma dupla dimensão, tais como expressões sociais que envolvem a discriminação, pobreza, desemprego, exclusão e vulnerabilidade social, e ao mesmo tempo, como forma de pressão social inerente aos movimentos sociais, organização sindical, etc. Neste seguimento, a atenção à questão social na sociedade capitalista vem sendo pensada como uma forma de regular os conflitos com a intenção de obter a legitimação da ordem e o consenso social, dando respostas a algumas das reivindicações e movimentações dos setores subalternos, que possam colocar em perigo a ordem capitalista e a fundamental coesão social.

Netto (1992), aponta que o avanço do capitalismo imperialista visava à urgência de viabilizar o acréscimo dos lucros através do controle do mercado, trouxe outros elementos típicos da monopolização e super capitalização, caracterizada pela desvalorização do montante de capital acumulado, e o parasitismo da vida social da burguesia. E é nesse seguimento que o Estado passa a atuar como o cioso guardião³

³ A intervenção do Estado burguês na dinâmica econômica sempre foi recorrente, sobretudo atuando como “cioso guardião” das condições externas de produção capitalista” (NETTO, 2011, p. 24).

das condições externas da produção capitalista, direcionando-se para garantir os superlucros dos monopólios.

Diante disto o Estado, durante esse período passaria agir no sentido de possibilitar o conjunto de condições necessárias à acumulação e valorização do capital monopolista, logo, a preservação e controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, torna-se função estatal em primeira instância. Para obter legitimidade diante das correlações de forças que se estabelece em contraste entre capital e trabalho, o Estado tomado pelo monopólio exprime as demandas da classe operária e passa a intervir nas sequelas da questão social, posicionando-a como foco das políticas sociais.

A partir do exposto, é evidente que as políticas sociais não podem ser pensadas unicamente a partir da perspectiva do Estado, nem tampouco a partir da sociedade civil, como produto das pressões e reivindicações dos setores subalternos, mas devem ser analisadas como uma relação, e mediação entre o Estado e a sociedade civil, detentores de uma dupla característica de consenso, coerência e conquista. Com o neoliberalismo a busca exacerbada pelo dinheiro, o consumo compulsivo, a competitividade, e a busca por reconhecimento simbólico, permitem ao homem determinar sua própria vida, e determinação consciente.

O mundo globalizado causou a fragmentação da mão de obra trabalhista, aumentando o desemprego, e criando novas modalidades de emprego, através da terceirização, trabalho informal, jornada parcial, trabalho temporário e subcontratação. Com o mundo multinacionalizado os homens se tornaram seres genéricos, e só podem se constituir como sujeitos na medida em que se tornem mercadorias, o que se tornou de forma marcante uma luta simbólica por reconhecimento social.

[...] Os membros da sociedade de consumidores são eles próprios mercadorias de consumo, e é a qualidade de ser uma mercadoria de consumo que os torna membros autênticos dessa sociedade (BAUMAN, 2008, p. 76).

Atualmente está presente uma luta acirrada pela ocupação social. Algumas funções imprimem prestígio, dinheiro e poder. Isso significa que cada um deve adquirir, por meio da educação, recursos e valores que são necessários a devido a

posição social. Os indivíduos se empenham para serem competentes e eficazes, mas somente a educação pode fornecer os mecanismos necessários para isso.

Diante as consequências do neoliberalismo, a educação perdeu sua função fundamental, que era educar para a independência e autonomia intelectual, esclarecimento e melhor compreensão da conjuntura política. O indivíduo perdeu a capacidade de avaliar e interpretar sua existência, bem como a de refletir e julgar a realidade a sua volta. Cada indivíduo busca os as condições e produtos que melhor se adequam a sua personalidade.

[...] na sociedade do consumo, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável” (BAUMAN, 2008, p. 20).

Logo, através da ótica do capitalismo e do consumo excessivo, o indivíduo deve se enquadrar e adaptar a uma realidade, onde o foco é consumir, constituindo assim o mundo do efêmero.

2.1 AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Diz-se violento o rio que tudo arrasta, mas não se dizem violentas as margens que o oprimem. (Bertolt Brecht)

As vinculações de mercado impostas pelo capital financeiro a partir do século XX aumentaram de forma significativa as desigualdades sociais. A pobreza tornou-se cada vez mais notável e configurou-se em diversas adversidades para os países da América Latina, em destaque para o Brasil. Nesse contexto, sua dimensão, heterogeneidade e abrangência, fizeram surgir novas expressões da questão social para os países do terceiro mundo, subordinados aos processos de monetarização acelerada e ao aumento do índice da pobreza.

No Brasil o enfrentamento da questão social é uma situação de grande complexidade, este é um fenômeno inerente ao modo de produção capitalista, pois desde a sua geração as relações capitalistas encontram-se veementemente impregnadas no cotidiano do povo brasileiro e de forma ainda mais marcante na vida dos indivíduos que continuam a população de rua. Levando em consideração que são estas as relações que produzem e reproduzem a questão social, que nas suas

múltiplas expressões e manifestações, tem ocasionado degradação a vida de milhões de brasileiros. Que mesmo com o desenvolvimento das políticas públicas e assistências de enfrentamento no decorrer da história, ainda são vítimas da desigualdade social, pobreza e vulnerabilidade oriundas das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura.⁴

Percebendo-se a necessidade de uma observação mais criteriosa sobre as medidas e ações de enfrentamento da questão social, mensurando a partir da ótica da qualidade e da sustentabilidade das políticas públicas voltadas para esse fim, observando o posicionamento do Estado diante das mazelas sociais que sucumbem a sociedade civil e principalmente a população em situação rua, nos segmentos que constituem os principais elementos que relacionados as ações e políticas voltadas para a questão social. Entretanto, a questão social possui especificidade relativas a seus determinantes históricos, sociais, culturais e econômicos, com base na realidade de cada região.

Os questionamentos em torno da questão social e suas formas de enfrentamento, bem como o entendimento da proteção social como as políticas públicas e assistências, apresentam como ponto de partida teórico: o modo de produção capitalista o qual produz as diversas expressões da questão social, as extremas desigualdades e lutas de classe. Segundo Iamamoto (2000), a questão social é como um conjunto das expressões das desigualdades sociais geradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Nesse sentido, entende-se que a gênese da questão social.

[...] encontra-se no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda da sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais (IAMAMOTO, 2000, p. 16-17).

Nas relações econômicas, sociais, e atualmente no contexto pandêmico, modificaram-se, repercutindo principalmente no cotidiano da população em situação de rua. Diante desse cenário de instabilidades e tensões, é necessário destacar o

⁴ Questão Social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. (IAMAMOTO, 2007, p.27).

papel do Estado inerente ao sistema de proteção social, pois sabe-se do papel fundamental deste enquanto regulador das políticas de combate às desigualdades.

Segundo Freire (2000), o que não foge aos olhos e que há uma retração no papel do Estado em relação ao enfrentamento da questão social no contexto brasileiro, pois a partir das imposições neoliberais, este se retrai para favorecer a expansão do mercado, levando a uma crescente valorização da sociedade civil. Logo, a lógica é que por um lado o Estado se retrai, por outro, responsabiliza a sociedade civil pelo combate as mazelas e as desigualdades sociais ocasionadas pelo sistema de relações capitalistas.

Entretanto, ter a sociedade civil como elemento primordial e central de combate a questão social, além de desresponsabilizar o Estado pela garantia das políticas públicas de proteção social, são medidas insuficientes para garantir à população o acesso à cidadania e bem estar social, tendo em vista que as ações são de natureza meramente filantrópicas, as quais de acordo com Freire (2000), apenas mascaram as formas de combate à questão social.

Diante do exposto, é relevante delinear um breve contexto histórico e cultural para ilustrar a eclosão da população em situação de rua no país, fazendo menção aos processos que envolvem a questão social e as variadas vertentes do sistema capitalista, bem como a abolição da escravatura que emergiu como o reflexo de toda essa conjuntura.

Analisando a desigualdade e discriminação racial a partir desta perspectiva, Carvalho (2016) relata que a população em situação de rua, além de estar atrelada aos seus primeiros trabalhadores coloquiais, o mesmo complementa, que estes são homens ex-escravizados, que se subordinam a caridade de alheios e por decorrência disso encontram-se nos trabalhos informais, precários e na mendicância, como forma de sobrevivência nas ruas, nos centros das cidades, o que retrata de forma explícita o cenário vivenciado pela população em situação de rua na atual conjuntura. Marcados pela discriminação e exclusão social, a população em situação de rua enfrentou e ainda enfrenta períodos de crises, bem como, o aviltamento dos seus direitos, o que afeta diretamente ainda mais o seu estilo de vida e suas condições de sobrevivência.

Nessa circunstância, o processo de abolição da escravatura no Brasil significou a exclusão e discriminação dos ex-escravizados, principalmente nas regiões onde a economia se alterava de modo contínuo. Com base nos dados apresentados por

Nascimento (1978), os mesmos demonstram que na Bahia, o censo de 1950 sobre a distribuição ocupacional da época, retrata que a população consistia em 4.822.024 pessoas, sendo que 23,01% eram empregados brancos, enquanto 76,98% eram negros e mulatos. Entende-se que, diante disto, é discrepante a diferença entre as raças e que tal situação reverbera na discriminação racial determinando a posição social e econômica que cada um ocupa de acordo sua raça, bem como classe econômica social.

Segundo Silva (2006), o fenômeno população de rua baseia-se na expropriação da classe rural e camponesa que se transformam em classe proletária a partir do processo de crescimento das indústrias e da acumulação do capital, que emerge no cenário do pauperismo, um fenômeno que teve origem na Europa, às legislações rígidas contra vadiagem a fim de forçar os trabalhadores a aceitar trabalhos cujo os salários eram baixos e sem nenhuma proteção.

A criação de uma população trabalhadora excedente, diga-se, uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, que ultrapasse as necessidades médias de expansão do capital, torna-se, ao mesmo tempo produto e condição para a acumulação do capital e, inclusive, da existência do modo capitalista de produção. (SILVA, 2006, p.50)

A situação de se produzir bens e serviços e gerar mais riqueza ao capital, se torna insignificante, se a população não tiver acesso a essa produção de forma igualitária e uniforme. É a partir deste contexto de acumulação de riquezas, que se insere o fenômeno situação de rua, que se procria uma parcela desta população sobrando, e lança esses indivíduos para essa condição de privações e estado de vulnerabilidade social.

Diante disto, se faz necessário ressaltar que, a questão social, antes denominada de pauperismo⁵ é um fenômeno considerado antigo, assim como a população em situação de rua, que numa relação inerente a pobreza e desigualdade social, geradas devido o modo de produção capitalista, excluem os indivíduos do seu vínculo e território, passando a ocupar as ruas como local de sobrevivência, moradia e sustento construindo novas formas de se relacionar com a família, sociedade e o mundo do trabalho

⁵ Netto (2001) afirma que “foi a partir da perspectiva efetiva de uma aversão da ordem burguesa que o pauperismo se designou como “questão social”.

A questão social na contemporaneidade é demonstrada através de outra roupagem, bem como, nas demandas e emergência da classe trabalhadora a disposição do cenário político, na luta em defesa dos seus direitos, desigualdades em vários âmbitos e reconhecimento do seu trabalho. Assim também são os desafios e enfrentamentos dos indivíduos que se encontram em situação de rua, constantemente em busca de cidadania, reconhecimento e manutenção dos seus direitos, reconstruindo o grupo que antes se apresentavam como mendigos e pedintes, para um grupo de pessoas que estão aptos para exercer o trabalho, mas não têm visibilidade e são marginalizados, vistos como ameaças pela sociedade.

Iamamoto (2001) aponta a questão social, na perspectiva sociológica, como uma “disfunção” ou “ameaça” a ordem social, trazendo uma crítica sob essa ótica. Sobretudo, a autora expõe sua própria análise em uma outra perspectiva, como parte constitutiva das relações capitalistas e das expressões da desigualdade social, pois, a medida em que a população trabalhadora cresce se torna superior a necessidade do capital gerando um acúmulo da miséria relativa a disparidade do capital, originando assim raiz da questão social na sociedade capitalista, não apenas devido à má distribuição de renda, mas através das condições e relações do trabalho e capital.

Segundo Netto (2001, p.45), “a questão social”³ é inerente ao desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se a segunda e a classe trabalhadora só se conscientizou politicamente sobre essa condição em seu processo de luta através da Revolução de 1848. O autor ainda faz alusão a consciência política, e sobre ter elementos teórico-metodológicos para compreender melhor o processo de reprodução da questão social, levando em consideração a sua gênese. Afirma também que Marx foi quem avançou na compreensão de tal fenômeno determinando seus traços entre a relação capital/trabalho e a lei geral do acúmulo do capitalista, que determina o caráter explorador deste sistema, disseminando e intensificando a pobreza e exclusão social das classes mais pauperizadas.⁶

Para o autor, o termo só começou a ser utilizada para dar conta do pauperismo generalizado a partir de 1830, no início do capitalismo industrial, quando a classe mais pobre, não mais se conformou com as condições impostas, e protestou contra as instituições existentes na época. Fundamentando a análise de Marx, o autor ainda ressalta que a questão social não diz respeito só ao desemprego e as discriminações

⁶ Netto (2001) explica que utiliza aspas ao termo “questão social” pois após a explosão de 1848 o pensamento revolucionário passou a identificar na expressão, uma tergiversação conservadora.

e desigualdades como alguns pensadores conservadores afirmam, mas a um fenômeno ligado à ordem social capitalista e que suas manifestações precisam considerar o período histórico e cultural. Diante disso, Iamamoto (2009) corrobora com Netto, sinalizando que:

A “questão social” é mais do que pobreza e desigualdade. Ela expressa a banalização do humano, resultante de indiferença frente à esfera das necessidades das grandes majorias e dos direitos a elas atinentes. (IAMAMOTO, 2009, p. 22)

Decorrentes das novas expressões da questão social, a pobreza e a exclusão social estão situadas nessa contraditória conjuntura que segundo Yazbek (2001) destaca como sendo derivada das transformações das relações de trabalho que descarta mão-de-obra para expansão do capital, a perda dos padrões de proteção social dos trabalhadores e dos setores mais vulnerabilizados que veem seus direitos ameaçados, e que se reformula e se redefine, mas permanece substantivamente a mesma por se tratar de uma questão estrutural.

2.1.1. CARACTERIZAÇÕES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: A BUSCA PELA CIDADANIA E ACESSO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A população de rua é um grupo populacional, composto por pessoas de várias etnias e diferentes realidades, mas que tem como ponto em comum a condição de absoluta pobreza, estado de precariedade e a falta de pertencimento à sociedade formal.⁷ Esta comunidade é formada por homens, mulheres, jovens, crianças, transexuais, travestis, gays, lésbicas ou até mesmo famílias inteiras, que têm as suas identidades sociais invisibilizadas e marginalizadas, devido as condições impostas por um sistema disperso. A população em situação de rua é um alarmante problema social, que ao longo dos anos vem sendo negligenciado, trata-se de uma realidade histórica fundamentada na desigualdade social.

Segundo a Secretaria de Vigilância em Saúde as características majoritárias das pessoas que compõem a população em situação de rua são do sexo masculino,

⁷ [...] considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as 32 unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, Decreto nº 7.053 de 23.12.2009).

adultos e jovens entre 25 e 44 anos. Estima-se que mais de 50 mil cidadãos façam parte desta realidade. Segundo dados do MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, essa população é formada predominantemente por homens (82%), negros (67%). Diante desses dados, é notório que os homens estão mais suscetíveis aos danos e nocivos dessas condições, devido a sua predominância.

A realidade da população brasileira embora com sua característica peculiar, é inerente as tendências de fragmentação. O modelo econômico implantado no país produziu subjugados, com difícil perspectiva de transposição social e oportunidades reduzidas de caráter nitidamente focalista, proporcionando somente formas de enfrentamento dos problemas sociais como fatos isolados.

A consequência é que tais tratativas não trouxeram resultados efetivos na condição de vida desta população. Essa problemática constitui um dos fatores fundamentais para que os indivíduos comecem a ocupar as ruas, não só como local de sustento e moradia, mas como um local de sobrevivência. Inevitavelmente, inseridos em um processo que retrata, um formato mais acentuado as expressões da questão social a partir da desigualdade social, indissociável das relações sociais e do âmbito da acumulação do capital (IAMAMOTO, 2001).

É notório que a cada ano, mais indivíduos utilizam as ruas como moradia, fato desencadeado em decorrência de várias vertentes, tais como: ausência de vínculo familiar, desemprego, violência, perda da autoestima, uso de substâncias psicoativas, doença mental, conflitos, entre outros fatores. Na atual conjuntura fica perceptível o reflexo da crise econômica e aviltamento das políticas públicas no país. É inegável que a exclusão social se dá também pelo preconceito da própria sociedade, que julga tal população como pessoas perigosas e sem dignidade. Em face a esse fenômeno, foi sancionado o decreto nº 7.053, de 23, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, onde fica estabelecido no artigo 5º da Política Nacional para a População em Situação de Rua que:

(...) São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade: I - respeito à dignidade da pessoa humana; II - direito à convivência familiar e comunitária; III - valorização e respeito à vida e à cidadania; IV - atendimento humanizado e universalizado; e V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência. (Brasil, 2009).

A forma como a sociedade enxerga o indivíduo que compõe a população de rua é essencialmente ideológica, o que gera de forma involuntária a reprodução da

dominação vigente. Essa atitude nasce da necessidade humana de definir limites de posses para si ou para um grupo, nasce como um sentimento inicial derivado da necessidade de controlar, que ocasiona a discriminação e exclusão social. A fim de compreender melhor tal característica é importante ressaltar a citação presente na obra de Karl Marx e Friedrich Engels, “A Ideologia Alemã”, de 1846.

“(...) cada nova classe no poder é obrigada, quanto mais não seja para atingir os seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade ou, exprimindo a coisa no plano das ideias, a dar aos seus pensamentos a forma da universalidade, a representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente validos. (MARX E ENGELS, 1846, p.57)

A situação de extrema pobreza é acompanhada da fome e a ausência das necessidades básicas, são os principais pontos onde as pessoas em situação de rua estão mais vulneráveis, estas correspondem à não satisfação das fundamentais instâncias inerente ao ser humano que são: comida, assistência à saúde, abrigo, educação, vestuário, segurança, etc. A respeito disto, é importante ressaltar que pessoas em situação de rua também têm os seus direitos respaldados na lei, igualmente a todos os cidadãos pertencentes a sociedade formal, diante disso se faz necessário sublinhar a Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que enfatiza o dever do estado para com este público:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (Brasil, 2009)

Percebe-se que como consequências diante da realidade vivenciada pelos indivíduos em situação de rua, existe um sentimento de impotência e incapacidade, devido as dificuldades que envolvem o cotidiano destes. Sem perspectiva de vida, são sucumbidos por diversas problemáticas, o que tende a ocasionar um vazio existencial, e atrelado a isto está o uso abusivo de substâncias psicoativas, ocasionado justamente com o intuito de suprir o lapso deixado por tais práticas, como forma de escape. Pois mesmo com a constituição das leis e aparatos voltados para essa população, o Estado não consegue garantir aos mais pobres, o acesso total aos seus direitos e a saúde, que é universal e equânime e integral.

Em um contexto de agudas desigualdades sociais, pobreza estrutural e fortes relações informais de trabalho, esse modelo, que fica entre o seguro e a assistência, deixa sem acesso aos direitos da seguridade social uma parcela enorme da população. (BOSCHETTI, 2009, p.1)

Boschetti (2009) tece uma crítica sobre a restrição da não abrangência a saúde o que limita a assistência social a quem dela necessita. Apesar do direito à saúde abranger a todos e não estar atada aos outros dois contextos, há uma contradição percebida a partir da análise do conceito ampliado de saúde que a OMS – Organização Mundial da Saúde afirma que, a saúde é um estado de bem-estar físico, social e mental.

Segundo a OMS - Organização Mundial da Saúde, as drogas são todas as substâncias químicas, naturais ou sintéticas, que pode ser utilizada com diferentes finalidades entre elas: obter sensações de bem-estar ou alívio de tensões. Ao serem introduzidas no organismo modifica suas funções, provocando assim alterações psíquicas e físicas para aqueles que a consomem, podendo levar tal indivíduo a dependência física ou psicológica e diversos transtornos. O uso abusivo das substâncias psicoativas pela população de rua e principalmente pelos homens que são a maioria, é uma situação complexa que nem sempre é tratado como tal. Grande parte da literatura sobre o uso abusivo drogas e seus infortúnios sublinha a complexidade deste objeto de estudo, levando em consideração as suas múltiplas dimensões tanto individuais quanto coletivas.

O consumo de drogas nesse contexto é utilizado como forma de enfrentamento embate ao que o indivíduo supostamente considera insuportável e opressivo. A realidade das pessoas em situação de rua é constantemente insociável as dificuldades que são contínuas geram exaustão física e mental, diante desta realidade, as substâncias psicoativas são geralmente utilizadas com a tentativa de escape ou enfrentamento as dificuldades do cotidiano, que ocorre como resultando das frustrações diante das necessidades existenciais.

Diversos problemas permeiam-se devido ao uso abusivo de substâncias psicoativas, seu consumo se dá muitas vezes para a obtenção de tranquilidade mental. Muitas drogas possuem o poder de influenciar de diversas maneiras a mente e as emoções do indivíduo, o que leva o mesmo a vulnerabilidade psicológica e a transposição do uso excessivo das drogas. Diante disso Espinheira relata que:

(...) dissocia-se dos contextos de vida, isto é, como uma produção cultural específica, para subordinar-se à aceitação de um produto cuja forma e conteúdo são produzidos alhures ou introduzidos como um bem de consumo industrialmente produzido tem-se uma outra circunstância social que suscita outras considerações. (ESPINHEIRA, 1991, p. 14).

Com manifestação da problemática apresentada, surgem outras diversas formas de violência, agressões, contaminações e suicídios, decorrentes do uso exacerbado de drogas. Segundo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) foram contabilizados no ano de 2018 aproximadamente 900 denúncias de pessoas em situação de rua.

No balanço divulgado com os tipos de violência de janeiro a junho, destacam-se os números de negligência (76,1%), violência psicológica (21,7%), violência institucional (19,2%) e violência física (11,4%). O uso abusivo de substâncias psicoativas, as ameaças e violências, assim como a fragilidade das redes de apoio, predispõem tal população ao adoecimento mental e ao sofrimento psíquico, fatores de risco para morte autoprovocada. Nesse sentido, a população que vive nas ruas, na impossibilidade de reconhecimento e visibilidade social, vivencia a situação de exclusão, fragilidade e desumanidade em suas diversas dimensões.

A condição de extrema carência e privação advindo da pobreza, que põem em risco a condição humana, devido à violação dos direitos básicos do indivíduo espelha as lacunas dessa desigualdade social, ferindo o próprio conceito de dignidade humana instituído pela Constituição Federal de 1988. É importante ressaltar a formulação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além de subsídios para o texto da Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que altera a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) que inclui atendimento destinado a população em situação de rua. Então, os indivíduos que compõem a população de rua deveriam estar respaldados e equiparados a sociedade formal.

Portanto, a descrição histórica e socioassistencial da população em situação de rua, apresentada de forma sintética, relata as problemáticas, aviltamento das políticas públicas, violação dos direitos básicos, violências e condição de extrema pobreza que perpassam a vida destes indivíduos. Bem como o vazio existencial que ocorre como consequência destas dificuldades e o uso abusivo de substâncias psicoativas que vem justamente com o intuito de suprir este vazio, a fim de proporcionar um escape da realidade.

2.1.2. SERVIÇO SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DESAFIOS E PROMOÇÃO DE CIDADANIA PARA GARANTIA DE DIREITOS E VISIBILIDADE

Embora a existência de indivíduos vivendo em situação de rua tenha uma longa e variada história, seu marco fundamental está no renascimento das cidades e urbanização, no início e processo do capitalismo e as múltiplas determinações relacionadas a esse fenômeno. Os relatos e as poucas informações que aparecem na mídia e afins sobre a estes indivíduos, em sua maioria, mostram o grande número de violações de direitos e desrespeito que essas pessoas sofrem. Mais que isso, desvelam histórias de vida nas quais essas pessoas são submetidas cotidianamente em diversas cidades brasileiras.

A repercussão das graves e diversas situações envolvendo este público mostra reflexos de uma economia neoliberal sob o controle do sistema financeiro, que acirra as desigualdades sociais, caracterizando a exclusão social de forma marcante. A sua veemência estaria relacionada à crise e reestruturação do modo de produção capitalista, diante da globalização e das transformações nos processos produtivos, materializando-se no desemprego estrutural, na precarização e na perda de direitos sociais vinculados ao mesmo, e posteriormente o uso abusivo de substâncias psicoativas como forma de atenuar essa problemática. Silva (2006) afirma que:

O fenômeno população em situação de rua é uma expressão incontestada das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se processam a partir do eixo capital/trabalho. E, como tal é expressão incontestada da questão social. Essas desigualdades sociais foram aprofundadas na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, oriundas principalmente da reestruturação produtiva, da reorientação do papel do Estado e da supervalorização do capital financeiro sobre o capital produtivo. (SILVA 2006, p. 89-90)

A respeito das mudanças econômicas, políticas e sociais do último quarto do século XX, as alterações no mundo do trabalho e nas garantias a ele atreladas, lançaram para fora do sistema uma grande parte da população, excluindo estas do emprego e do consumo, empurrando para as ruas grupos cada vez mais heterogêneos. Wanderley (2001, p.17) relata que “a concepção de exclusão continua ainda fluida como categoria analítica, difusa [...] e provocadora de intensos debates”, pois, o processo que constitui o modo de produção capitalista e separa os indivíduos das relações de trabalho e dos meios de subsistência diferentes em cada período histórico.

Os excluídos não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente, não apenas do mercado e de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural. (WANDERLEY, 2001, p.17-18)

Diante disto, nas últimas décadas houve avanço nas políticas sociais voltadas para os indivíduos em situação de rua no Brasil, bem como a publicação do Decreto 7053/09, que criou a Política Nacional da População em Situação de Rua. No contexto da política de Assistência Social, que por intermédio dos Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua (Centro POP)⁸, têm importante papel na garantia dos direitos sociais dessa população, devido as articulações com as demais políticas públicas, inclusive de trabalho. Essas normativas fortaleceram a visibilidade dessa população no país, além de garantir um determinado recurso para as ações em defesa do direitos sociais e promoção de cidadania.

O Serviço Social nos diversos espaços ocupacionais e nos serviços especializados voltados para População em Situação de Rua, inerente ao Centro POP, tendo como aparato a Lei de Regulamentação da Profissão e os princípios do Código de Ética Profissional, desenvolve a atuação profissional em vários âmbitos tais como; prestação de informações, orientações e encaminhamentos necessários à rede socioassistencial, às demais políticas públicas e órgãos de defesa; participação do Plano de Acompanhamento Individual e Familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um, considerando as suas especificidades e peculiaridades, respeitando a sua autonomia.

O assistente social é um profissional que tem como objeto de trabalho a questão social com suas especificidades e as diversas expressões, organizando, planejando, formulando e implementando propostas para o enfrentamento das problemáticas apresentadas, por meio das políticas sociais, públicas, empresariais, da sociedade civil e movimentos sociais. Para Netto (1992, p.71), “a questão social, como matéria de trabalho, não esgota as reflexões. Ela serve para pensar os processos de trabalho nos quais os assistentes sociais, em uma perspectiva conservadora, eram “executores terminais de políticas sociais”.

⁸ O centro POP é uma unidade pública da assistência social, que está voltada ao atendimento especializado à pessoa em situação de rua, seja ele coletivo ou individual, com atividades e/ou oficinas de socialização, além de incentivar o protagonismo da participação social dessas pessoas.

Diante dessa competência, entende-se que o trabalho do assistente social neste campo profissional, uma vez que as políticas sociais formuladas na atualidade são constituídas por uma série de intervenções inerentes às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa destes profissionais. A cooperação na formulação de uma política diz respeito, inclusive, a viabilidade do projeto ético-político do Serviço Social por intermédio da afirmação dos direitos sociais e das diversas mediações metamorfoseadas em respostas às demandas dos usuários que se concretizam no planejamento da política. Esta é uma competência que permite intensificar a identidade profissional em novos espaços ocupacionais para fazer avançar na legitimidade da profissão na sociedade, a fim de proporcionar um aparato para o bem-estar dos indivíduos, sobretudo para os inseridos a margem da sociedade (Iamamoto, 2002). Além disso, viabiliza avançar na construção de uma nova ordem societária, tal como previsto no Código de Ética como um de seus princípios. Segundo Yasbeck, o processo de construção do projeto ético-político envolve:

(...) um conjunto de componentes que necessita se articular: são valores, saberes, e escolhas teóricas, práticas, ideológicas, políticas, éticas, normatizações acerca de direitos e deveres, recursos políticos organizativos, processos de debate, investigação, interlocução crítica com o movimento da sociedade, da qual a profissão é parte e expressão (YASBECK, 2004, p.12)

Devido a vertentes do neoliberalismo e consolidação do capitalismo, que conduz e intensificou as perdas dos direitos sociais já conquistados, norteou a massa trabalhadora a situação de precariedade relativa as condições de vida e de trabalho, diminuindo a empregabilidade, a remuneração, aumentando a miséria, direcionando posteriormente essa parcela da população, a situação de rua e a diversos conflitos. Desafio posto aos assistentes sociais, principalmente nos dias atuais, diante de um cenário de pandemia inerente a circulação do coronavírus (COVID-19)⁹, que em forma de mais um agravante está propiciando uma crise sanitária, principalmente os indivíduos em situação de rua devido a exposição e fragilidade.

Diante disto, a esfera da sistematização das modalidades práticas do assistente social, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional, que implica o compromisso com a competência, cuja base é o aprimoramento é a da equidade e

⁹ A pandemia de COVID-19, é conhecida como pandemia de coronavírus, é uma pandemia em curso de que acomete as vias respiratórias, causando uma doença respiratória aguda ocasionada pelo vírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2).

da justiça social, na perspectiva da universalização, a ampliação e consolidação da cidadania, tem relação com a defesa dos direitos humanos e fundamentais de cada indivíduo. Estes são os direitos inerentes à pessoa humana, que visam resguardar a sua integridade física e psicológica perante seus semelhantes e diante do Estado, de forma a limitar os poderes das autoridades, garantindo assim, o bem-estar social através da equidade, imparcialidade, fraternidade e da proibição de qualquer espécie de discriminação. É importante ressaltar que o projeto ético-político prioriza o reconhecimento da liberdade como valor central e o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

A Constituição brasileira de 88 [...]procura atribuir maior efetividade aos direitos sociais ao estabelecer instrumentos orçamentários de garantia da efetivação de direitos fundamentais que não podem ser negligenciados, como a saúde, a educação e a assistência social, por meio da vinculação de receitas provenientes de impostos aos programas e políticas públicas de promoção e efetivação desses direitos. (GONTIJO, 2016, p.1)

Entretanto, tais tratativas se encontram na construção de uma sociedade igualitária na qual podem ter lugar as verdadeiras reformas que envolvam uma nova ordem, sem assimetrias de raça, etnia e sem desigualdades de classe, sobretudo tendo como parâmetro a valorização do indivíduo independente das suas particularidades e condições, aspirando a cidadania.

3 A PESQUISA: CARACTERÍSTICAS DO CAMPO, PROCEDIMENTOS E ANÁLISE DE DADOS

“Aos esfarrapados do mundo e aos que nele se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.” (Paulo Freire)

O Projeto Levanta-te e Anda¹⁰ está localizado na sede da antiga Igreja São Francisco de Paula, onde grande parte da população atendida é oriunda da Cidade Baixa, devido aos pontos estratégicos de dormida (Feira de São Joaquim, Calçada, Ribeira, Mares, Largo de Roma, Bairro do Comercio e Largo do Tanque), bem como o Centro Histórico de Salvador e adjacências. A instituição conta com apoio de

¹⁰ O Projeto Levanta-te e Anda é um centro de convivência diurno para a população adulta em situação de rua que acolhe cerca de 45 pessoas diariamente, fica localizado na sede da antiga Igreja São Francisco de Paula, cidade baixa de Salvador e atua através de ações relacionadas a assistência social.

cuidadores, auxiliar administrativo, cozinheira, psicólogo e tem o Serviço Social como protagonista.

O Serviço Social desenvolve um papel fundamental e de suma importância, o mesmo é responsável pela primeira abordagem, atividades desenvolvidas dentro da instituição, orientação, tratativas relativas as especificidades de cada acolhido, bem como toda e qualquer demanda e encaminhamentos inerentes a estes indivíduos desde quando se apresentam na instituição.

A partir da prática de estágio neste projeto, o presente estudo objetivou compreender os desafios e as possibilidades relacionadas as problemáticas que envolvem o cotidiano dos indivíduos que compõem os cenários das ruas, baseando-se na seguinte pergunta: De que modos o Serviço Social pode intervir junto à população em situação de rua que faz uso de substâncias psicoativas, visando a promoção da cidadania?

Partindo da ótica de uma sociedade capitalista e desigual, levando como parâmetro o emergente crescimento desse fenômeno, atrelado ao uso abusivo de substâncias psicoativas, utilizadas como forma de enfrentamento para as adversidades encontradas no dia a dia, o que propiciou a escolha do método de perspectiva dialética, de origem marxista, que aborda o sujeito inserido em uma realidade social contraditória, onde os movimentos históricos ocorrem de acordo com as condições materiais da vida.

Nesta perspectiva, afirmamos que os conceitos e categorias trabalhadas na parte teórica deste relatório monográfico, tiveram como objetivo explicitar os processos e movimentos históricos existentes a partir da perspectiva do sistema capitalista, expressões e manifestações da questão social, inerentes aos seus aspectos estruturais geradores da desigualdade social e da pobreza. Ao analisar os processos de forma ampla, visando resgatar a autoestima dos indivíduos que fazem parte da população de rua, bem como a valorização da vida através de processo de conscientização, mudanças no seu estilo de vida e promoção de cidadania, através das revisões bibliográficas, estudos teóricos e da experiência de estágio na instituição Projeto Levanta-te e Anda.

3.1 REFLEXÕES E ANÁLISES

Mesmo com os avanços nas políticas públicas, podemos dizer que os indivíduos que formam a população em situação de rua seguem inviabilizados, a margem da sociedade, os acessos não são efetivados de forma abrangente e universal conforme a colocação da Constituição Federal de 1988. Onde é relatado que, para que os direitos sociais fundamentais sejam efetivados, é necessário que se priorize os princípios fundamentais como a universalidade, equidade e integralidade. Esta corrobora em seu artigo 196, seção II onde é previsto que:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p.67)

A população em situação de rua enfrenta diversos entraves diariamente no que se refere a visibilidade, acesso aos direitos fundamentais, alimentação, higiene pessoal, trabalho informal fragilizado, abusos, agressões, questões emocionais, autoestima, violência, e o uso substâncias psicoativas. Situação acentuada devido ao seu estilo de vida e sobrevivência nas ruas, o que eleva de forma significativa índice de ocorrências relativas a doenças como a tuberculose, HIV, doenças sexualmente transmissíveis, dependência química, entre outros. O Ministério da Saúde (MS) tem percebido a importância de desenvolver cuidados específicos para esses indivíduos e impulsionar a reflexão desta população para que se cuidem mais, absorvam e percebam a sua realidade enquanto sujeitos, seres humanos que estão suscetíveis as adversidades e ao adoecimento.

A Política de Atenção Integral, direcionada para os indivíduos que fazem uso de substâncias psicoativas, publicada pelo Ministério da Saúde em 2004, ressalta a necessidade de atenção ao usuário, com foco na comunidade, associada à rede de saúde e social. A política em questão tem enfoque na reabilitação e reinserção social, e a cuidados específicos voltados a atenção psicossocial. Neste contexto, a atenção primária tem importante papel, realizando o acolhimento desses indivíduos e demandas inerentes a estes, para atendimento junto ao SUS. É importante ressaltar, que mesmo diante de alguns entraves, o SUS – Sistema Único de Saúde, dispõe assistências e conta com a contribuição de equipes multiprofissionais, que envolvem assistente social, psiquiatras, psicólogas, médico clínico geral, terapeuta ocupacional, técnicos de enfermagem, entre outros. Para realizar o acompanhamento das

demandas relacionadas às necessidades dos indivíduos que buscam atendimento, e também para os familiares destes. Entretanto, existem tratativas inerente a cada indivíduo, bem como a identificação do usuário e as suas necessidades, especificidades, e análises relativas aos laços sociais e familiar, devem ser norteadas e articuladas pela equipe de Atenção Primária junto ao CAPS AD¹¹ (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas) de cada município, para possibilitar o desenvolvimento de projetos terapêuticos ampliados, inerente aos serviços do sistema de saúde.

As adversidades encontradas por esses indivíduos são diversas, conseqüentemente estes não têm êxito quando necessitam acessar o sistema de saúde ou qualquer outro aparato para tratamentos e acompanhamentos relativos a suas especificidades, e se deparam com alguns empecilhos e barreiras de cunho socioculturais e estruturais como; discriminações sofridas no atendimento pela equipe multiprofissional e invisibilidade enfrentada constantemente.

Segundo Carvalho (2016, p.123) “as dificuldades são de ordem estrutural, individual e programática” partindo do princípio que ocorrem distinções de pessoas, impedimento e limitações de acesso. A autora chama a atenção para o processo de reflexão pertinente a burocracia dos serviços de saúde, políticas sociais e bem-estar social, pertencentes a um sistema de regulação e controle que gerencia e prioriza os grupos populacionais considerados relevantes para a sociedade formal. Diante disto o grupo que compõe o cenário população de rua permanece invisibilizados pela sociedade e Estado.

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) que dispõe sobre os princípios e diretrizes gerais, norteados pelos princípios da universalidade, humanização, equidade. A mesma corrobora sobre o aparato fundamental básico, sendo este o ponto de viabilidade dos usuários com as demais redes e políticas, fundamentais. Conforme aponta o inciso II, que diz:

O estabelecimento de mecanismos que assegurem acessibilidade e acolhimento pressupõe uma lógica de organização e funcionamento do serviço de saúde que parte do princípio de que a unidade de saúde deva

¹¹ **O CAPS AD** é a única unidade de saúde especializada em atender os dependentes de álcool e drogas, dentro das diretrizes determinadas pelo Ministério da Saúde, que tem por base o tratamento do paciente em liberdade, buscando sua reinserção social. É um serviço público, de atenção diária, voltado não só para o tratamento dos usuários em relação ao uso de drogas, mas, também, para sua reinserção familiar, social e comunitária.

receber e ouvir todas as pessoas que procuram os seus serviços, de modo universal e sem diferenciações excludentes. (BRASIL, 2012, p.20).

A observação que se ampara esse apontamento, está pautada nos relatos dos indivíduos que enfrentam a discriminação e preconceito diariamente. Devido ao estigma traçado por uma sociedade que os colocam a margem, por causa da sua aparência, comportamentos e vestes. É importante ressaltar que no ano de 2008 foi criado a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua como forma de atenuar, instruir e orientar a implementação de políticas públicas e sociais voltadas para essa parcela da população, em sua concepção contou com o Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR) que participou ativamente do processo de produção, avaliação e discussões das propostas da política.

Ao longo de todo o século XIX, as fontes oficiais mencionam com desprezo a "multidão" de pedintes e desempregados que esmolavam e vagavam pelas ruas de Salvador. Entretanto, essa era apenas a face mais exposta e visível da pobreza urbana. Mais discreta, e igualmente dramática, era a situação dos muitos pobres que suportavam silenciosamente sua miséria na condição de agregados em casas de família ou da multidão barulhenta de vendedores ambulantes, serventes e diaristas que enchiam as ruas na luta cotidiana pela sobrevivência. (FILHO, 1994, p.14).

No que se refere a autocuidado, saúde e bem-estar social as políticas sociais deveriam ser a preservação integral à saúde e adequação de ações e serviços existentes, assegurados através da equidade e acesso amplo e fortalecimento das ações de atenção à saúde física e mental; inclusão no processo de educação ações, bem como a promoção a vida e cidadania.

A partir de dados emitidos através da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) e experiência empírica na instituição Projeto Levanta-te e Anda que, relativos à caracterização e perfil da população em situação de rua, constatou-se que os homens aparecem de forma majoritariamente compondo o cenário das ruas de Salvador. Estes são em sua maioria negros, adultos e jovens entre 25 e 44 anos, que se encontram vulneráveis a doenças e violências que os sucumbem de forma mais acentuada, deixando assim uma grande lacuna para o uso abusivo de substâncias psicoativas que é utilizada como forma de enfrentamento.

Esse público normalmente apresenta baixa escolaridade, restringindo assim os vínculos a atividades e ofícios que exijam um mínimo grau de qualificação. As

atividades exercidas constituem-se em reciclagem, venda de balas e pequenos utensílios nas ruas e sinais e guardadores (não cadastrados) de carros, com uma remuneração assistemática e precária. Tais características além da discriminação e falta de aparato, impossibilitam que estes indivíduos sejam inseridos ao mercado formal de trabalho.

A incapacidade de suprir suas necessidades básicas faz com que estes indivíduos sejam continuamente dependentes dos serviços socioassistenciais¹² que se apresentam com características assistencialistas, compensatórias e insuficientes, impedindo qualquer mobilidade social minimamente ascendente e independente. Nessa perspectiva:

Não basta explicar as contradições, mas reconhecer que elas possuem um fundamento, um ponto de partida nas próprias coisas, uma base objetiva real; na verdade, mostram que a realidade possui não apenas múltiplos aspectos, mas também aspectos cambiantes e antagônicos. "(PRATES, 2012, p. 122)

Nesse contexto, mesmo sendo tratados como invisíveis, paradoxalmente estes indivíduos estão diariamente driblando as abordagens policiais e de outros profissionais que estão vinculados ao processo de normas e limpeza da cidade, pautados na perspectiva da remoção desses sujeitos das ruas, principalmente nos locais de grande circulação de turistas e eventos, por serem vistos como sujos, esfarrapados e causadores de pânico e desconfiança, em contraste a paisagem local. Considerados como perigosos e violentos, posteriormente como malandros, a PSR traduz a imagem de sujeitos desprezíveis, que preferem cometer atos ilegais invés de trabalhar.

A retenção desta parcela da população é feita por políticas frágeis e repressoras, à base da violência e intimidação. Estes indivíduos são encaminhados para abrigos/casas de passagem e centro de recuperação, alguns em condições inadequadas, pois são vistos como uma "agressão" aos olhos da sociedade.

Diante disto, Pontes (1997), relata que a compreensão dialética da realidade pressupõe a perspectiva de totalidade, uma totalidade complexa, composta de outros complexos,

¹² Segundo PNAS (Política Nacional de Assistência Social) os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade são aqueles que garantem proteção integral para famílias e indivíduo que se encontram sem referência familiar ou em situação de risco social. (BRASIL,2004)

norteada através negatividade, a qual relaciona as associações entre seus elementos constitutivos. Na perspectiva que a realidade vivenciada pela PSR é um todo composto de partes conectadas entre si, se ele for desarticulado e fragmentado, isto irá refletir na interpretação, impossibilitando a aproximação com a realidade. Logo, a verdadeira realidade nunca será conhecida em sua totalidade, pois ela não é finita. Mas é possível a aproximação dela, através da mediação.

Nesse cenário, a categoria totalidade contribuiu para que esse estudo pudesse realizar as reflexões e análises frente as principais demandas relativas ao Serviço Social junto ao Projeto Levanta-te e Anda, tais como: orientações, informações e encaminhamentos para as redes socioassistenciais, de políticas públicas e órgãos de defesa, escuta sensível considerando as especificidades de cada acolhido, respeitando a sua autonomia, realização de atividades por meio de metodologias e técnicas individuais e coletivas, ações educativas que possibilitavam a reflexão inerente a realidade social e construção de uma nova perspectiva de vida e cidadania.

O projeto de intervenção foi elaborado com o objetivo de alcançar os todos os acolhidos na instituição, público alvo, composto por adultos do gênero masculino, em idade ativa, sucumbidos pelo uso abusivo de substâncias psicoativas e baixa autoestima, devido à ausência do autocuidado. A intervenção contou com a participação do Narcóticos Anônimos¹³, que palestrou e testemunhou sobre as dificuldades e adversidades atribuídas ao uso abusivo das drogas, atraindo os indivíduos presentes no local a um processo de reflexão, pautados em uma programação de informações de suma importância para as formas de acesso as unidades de ajuda e posteriormente a superação. Outras percepções se deram a partir das medidas didáticas de ação educativas que foram realizadas, assim como o diálogo sobre os direitos e possibilidade através de uma roda de conversas.

Nesse sentido Vasconcelos (1993, apud CFESS, 2010, p. 56) aponta que:

[...]a prática reflexiva, que possibilita aos usuários a análise e desvendamento das situações vivenciadas por meio de reflexão crítica estimulada pelo assistente social, de forma que o usuário consiga captar, na medida do possível, o movimento da realidade social e, conseqüentemente, participar, de forma consciente, do processo de transformação dessa realidade enquanto ser histórico.

¹³ **Narcóticos Anônimos** ou **NA** é uma Irmandade ou Sociedade sem fins lucrativos, de homens e mulheres para quem as drogas se tornaram um problema maior. São chamados adictos em recuperação.

Entretanto, os acolhidos tiveram acesso as informações a partir dessas ações sistematizadas, pautadas no Código de Ética do Assistente Social que relata em seu artigo 5º as atribuições relativas a plena informação sobre as políticas e acesso aos programas de política social, validando a indispensável e relevante disseminação de ideias e informações para autonomia do indivíduo. Além disto, as orientações de cunho específico voltadas para os órgãos e instituições nas quais os mesmos podiam buscar aparato, foram ministradas. Fazendo com que se intensificasse e respondesse o objetivo do projeto de intervenção, que mesmo diante do dano maior e problemática fundamental e notória que acomete a população em situação de rua, fosse o pioneiro a abordar de forma acentuada essa temática.

Estas análises e reflexões também estão sendo realizadas a partir dos dados coletados em observações e nos questionários aplicados (sem a obrigatoriedade de respostas e identificação), durante o projeto de intervenção, que possibilitaram aos participantes externalizarem os seus sentimentos e adversidades enfrentadas no dia a dia. Considerando os elementos que materializaram no projeto de intervenção, foi possível perceber o quanto os indivíduos que compõem o cenário das ruas não se dão conta de que o uso abusivo de substâncias psicoativas podem levar o ser humano ao estado de penúria e até a morte, alguns ainda resistem a ajuda.

Ao analisar as características e narrativas apresentadas pelos indivíduos em situação de rua na instituição Levanta-te e Anda, o modo de vida, autocuidado, saúde, situação familiar e bem-estar social, pode-se perceber um dissenso entre o discurso de reconhecimento de direitos e as políticas que não se refletem no seu cotidiano. O ponto fundamental, como apresenta Martins (2007, p.124) é discutir a inclusão, para o autor a questão que se coloca é: “Que inclusão a sociedade capitalista está propondo hoje?”. O problema, portanto, não está na exclusão, o grave problema social e político é a forma na qual essa inclusão é dada. Segundo Silva (2009, p.175) até mesmo a saúde que tem princípios universalizantes mostra-se residual e restritiva.

É possível de notar tal situação ao observar os critérios para inserção nos programas de saúde, que criam um vazio entre o direito instituído, universal e o acesso restrito, que não atendem à realidade social das PSR. Uma inadequação dos programas, projetos e políticas públicas que cria a seletividade na precariedade.

[...] tem como lógica própria tudo desenraizar e a todos excluir porque tudo deve ser lançado no mercado [...] ela desenraiza e exclui para depois incluir segundo as suas próprias regras. É justamente aqui que reside o problema: nessa inclusão precária, marginal e instável (MARTINS, 1997, p. 30-32).

Martins (2002, p.20) aponta que os pobres vivenciam um processo de “nulificação” e são descartados nas relações cotidianas. Esta é a forma como o processo de produção capitalista anula estes indivíduos, tratando-os como objetos supérfluos ou “coisas”, e não como seres humanos também portadores de direitos e respeito. Isto pode ser observado nas seguintes narrativas:

“Viver nas ruas é muito difícil, você precisa estar ligado o tempo todo, saber com quem anda e o que faz, tem que ser esperto para viver na rua, caso isso não aconteça a gente não sobrevive por muito tempo”;

“Não somos tratados com o devido respeito”;

“As pessoas passam e nem olham para nosso rosto”;

“Quando nos aproximamos das pessoas elas ficam em pânico e saem de perto rapidamente, com medo”;

“Dormir na rua é difícil e ruim, principalmente quando chove, faz muito frio e o papelão molha”;

“Prefiro dormir na rua do que nos centros, pois lá a gente não se sente seguro”; Ninguém estar nem aí pra gente”.

Em meio as adversidades, discriminações, violências e aviltamento de direitos que sofrem em seu cotidiano, fazem com que esta população busque nas substâncias psicoativas alento, como forma de atenuar as dores, humilhações abusos sofridos, bem como a invisibilidade, inerente a um processo de uma sociedade e sistema capitalista.

[...] exclusão é uma concepção [...] que nega a práxis e que nega à vítima a possibilidade de construir historicamente seu próprio destino, a partir de sua própria vivência e não a partir da vivência privilegiada de outrem. [...] A ideia de exclusão pressupõe uma sociedade acabada, cujo acabamento não é por inteiro acessível a todos. Os que sofrem essa privação seriam os “excluídos” (MARTINS, 2002, p. 45-46).

Então, concluímos que a exclusão pressupõe a não inclusão, diante de um processo excludente mediante ações que assegurem a validação da inclusão dos sujeitos marginalizados. Nessa perspectiva, a inclusão é considerada como uma solução ao processo excludente social, que no cenário capitalista, constitui-se apenas como reprodutor dos interesses das classes privilegiadas que os excluem.

Um dos intensos e críticos reflexos do processo de exclusão e marginalização social, é a população em situação de rua que, em decorrência sintomas crônicos como a discriminação, crescente índice de desemprego, fragilidade das políticas públicas e as demais mazelas sociais, fortalecem o processo de segregação social, que a cada dia exclui indivíduos, famílias e grupos ou os inclui precariamente em condições de extrema desigualdade.

Nesse cenário, o Serviço Social vem se desvelando diante das diversas vertentes relativas ao enfrentamento da questão social, na qual a pauta da profissão na década de 1990 teve um foco acentuado no papel do Estado e sociedade civil para com essa parcela da população, pois o mesmo tem na questão social a gênese da sua fundação e do seu fazer quanto instrumento e técnicas de trabalho, como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade.

Entretanto, o papel do Serviço Social é conhecer em primeira instância as necessidades e realidade da vida destes indivíduos, suas relações familiares e pessoais, as estratégias de sobrevivência utilizadas como forma de enfrentamento para atenuar o frio, a fome e as demais adversidades, desconforto inerentes à situação de rua, através de pressupostos políticos, éticos, operativos e metodológicos. Bem como; relacionamento como um instrumento trabalho; abordagem social e entrevista e o projeto ético-político profissional como instrumento mediador a partir da ótica sujeito-objeto.

A contribuição do Serviço Social para amenizar as dificuldades que essa população enfrenta, tem como parâmetro a instrução na perspectiva de efetivação e viabilização relativas a esses indivíduos, pois lutar por direito e visibilidade é um processo de construção coletiva, e o Serviço Social constitui-se nesse campo através do resgate do protagonismo dos mesmos, levando esses sujeitos a um processo de reflexão no que se diz respeito a seus direitos, autocuidado e construção da cidadania social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir um trabalho de cunho científico é sempre uma tarefa complexa, principalmente a partir de um tema como este, de grande relevância social, por se tratar de uma parcela da população marginalizada e excluída, são seres humanos,

com poucas possibilidades de acesso garantia e efetivação dos seus direitos básicos. É importante ressaltar também as dificuldades e barreiras de cunho pessoal; particular e psicológico para esta produção, inerentes aos aspectos e impactos relativo ao atual cenário de pandemia, entre outros.

Deve-se reconhecer que a trajetória de vida e o dia a dia destes indivíduos são muito mais árduos, intensos e dinâmicos do que o conteúdo apresentado nessas páginas. Mas esse reconhecimento não impossibilitou as buscas para alcançar algumas reflexões sobre o assunto. Sendo assim, este estudo objetivou compreender os desafios e as possibilidades relativas a vida dos indivíduos que compõem os cenários das ruas, a partir da conjuntura em que este fenômeno aparece atrelado ao emergente crescimento na sociedade capitalista, entendendo que o perfil que se apresenta atualmente na cidade de Salvador está associado a questão social marcante, o processo de escravização inerente a segregação social.

As análises mostraram que o uso abusivo de substâncias psicoativas por parte da população de rua é reflexo da pobreza generalizada, do desespero, do medo, e da falta de aparato social efetivamente falando, bem como uma válvula de escape encontrada para fugir das problemáticas do cotidiano, pois o Estado não possui estratégias para inclusão destes sujeitos aos mecanismos de proteção social, especialmente os de saúde.

Nesse estudo, constatou-se que alguns dos acolhidos no Projeto Levanta-te e Anda se permitem ser ajudados pela instituição, e partir desse importante passo através de uma análise junto ao Serviço Social, decidem de forma voluntária a manter-se em estado de sobriedade ou seja sem fazer uso de nenhum tipo de substâncias psicoativas, e estes passam a não dormir mais nas ruas e sim no espaço destinado a eles pela instituição. Em complemento a esse passo de ressocialização, os mesmos começam a fazer parte das oficinas de artesanato, trabalhando com material reciclável, e com base em um processo de evolução a caminho da cidadania, podem ser encaminhados e inseridos ao mercado formal de trabalho, alguns são contratados até mesmo pela própria instituição, respondendo assim a pergunta desse estudo.

Entretanto, como forma de contribuição e intervenção o Serviço Social junto a esses indivíduos atua em função de resgatar autonomia destes, trazendo-os para um processo de reflexão relativo ao autocuidado e valorização da vida, para que os mesmos criem sentimento de pertença e se entendam enquanto cidadão dotados de direitos e possibilidades.

Diante disto, é necessário que mais instituições destinadas a PSR compartilhem desse processo de entendimento para contribuir de forma efetiva ao processo ressocialização inerente a cidadania, bem como a mudança no estilo de vida destes indivíduos através de métodos e técnicas para o processo de conscientização no tocante ao autocuidado. Logo, é fundamental que exista um aparato efetivo por parte do Estado, com planejamento a longo prazo, bem como o desenvolvimento de diretrizes voltadas especificamente para a gestão do setor de saúde, e das políticas voltadas para a PSR.

Entretanto, tornam-se cada vez mais necessária e importante pesquisas que possam compreender e somar no planejamento e implantação de ações e políticas direcionadas ao aparato a população em situação de rua, ampliando as possibilidades de criação e efetivação das políticas públicas saúde, bem como as políticas sociais que garantam a materialidade e efetivação dos direitos sociais fundamentais e atenção básica.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

BAUMAN, Zygmunt, **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Nº 91 Vide Emenda Constitucional, 2016.

BRASIL. Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. **Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento**. Brasília, DF, dez. 2009, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/> Acesso em 08 abr. 2020.

ESPINHEIRA, G. À guisa de introdução: uma abordagem sócio-antropológica das drogas. In: NERY FILHO, A. **Prevenção sem medos e terapia sem estigmas**. Salvador, s.d. Inédito.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2011.

GIL. A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2a ed. São Paulo: Atlas, 1987

HELIZETT Santos de Lima, Eliane Maria Fleury Seidl. **Consultório na Rua: Percepção de profissionais e usuários sobre redução de danos**. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1982-12472017000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em:23 de abril de 2020.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan./jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

IAMAMOTO, Marilda. **O serviço social na cena contemporânea**. in CFESS, Conselho Federal de Serviço Social; Unb, Universidade de Brasília. Curso de PósGraduação à distância: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **LOAS ANOTADA: Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília: SNAS/MDS,2009.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. 4a ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital**. 1. ed. São Paulo: **Boitempo**, 2013.

MDH. Sistematizados de Denúncias de Violações de Direitos Humanos (Brasil) 2013 Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/balanco-disque100> Acesso em: 24 de abril de 2020.

MATOS, Ana Carolina. **População em situação de rua: a drogadição como escape para fuga da realidade.** Olinda-facho (Brasil). 2018. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1164.pdf> Acesso em: 23 de abril de 2020.

MENDES Célia Regina; FILLIPEHARR João. **Vivência nas ruas, dependência de drogas e projeto de vida: um relato de experiência no CAPS-ad.** Rev. Psicol. Saúde vol.6 no.1 Campo Grande jun. 2014 Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2014000100012 Acesso em: 23 de abril de 2020.

MINAYO, M. C. de S. (org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social. Teoria, Método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília. Ministério da Saúde, 2012.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social.** 2.ed. rev. – São Paulo, Cortez, 1997.

PRATES, Jane. **O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social – uma relação necessária.** TEXTOS & CONTEXTOS v. 11, n. 1. Disponível em: Acessado em 15 outubro de 2020.

PRODANOV Cleber Cristiano, FREITAS Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico – 2. Ed.** – Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul: 2013

_____. Política Nacional para a População em Situação de Rua, Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

SUAS E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: Sistema Único de Assistência Social/MDS. Brasília: SUAS/MDS, 2014.